

De onde virá o dinheiro para garantir o pagamento do piso salarial dos profissionais de enfermagem? Essa é a questão central que o Senado vai tentar resolver nos próximos dias. O Congresso aprovou e o governo sancionou o piso, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a medida que garantiria o pagamento de ao menos R\$ 4.750 para enfermeiros, R\$ 3.325 para técnicos de enfermagem e R\$ 2.375 para auxiliares de enfermagem e parteiras. Os ministros alegam que deputados e senadores não apontaram a fonte de recursos.

O impacto anual da medida seria de R\$ 5,5 bilhões para o setor público e R\$ 11,9 bilhões para o setor privado, segundo cálculos da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado. A estimativa está no [Relatório de Acompanhamento Fiscal](#) (RAF) de setembro, publicado nesta quinta-feira (15). Municípios, estados e o setor privado dizem que não há dinheiro.

Equalizar a valorização dos profissionais da enfermagem e os impactos financeiros para instituições de saúde, governo federal, estados e municípios é o principal desafio. Desonerar a folha de pagamento de hospitais, atualizar a tabela do SUS, abater dívidas dos estados estão entre as possibilidades levantadas. E a construção da solução para o imbróglio começa a ser construída. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, pretende apontar um caminho a partir de segunda-feira (19). Ele convocou uma reunião de líderes para as 9h.

"Até segunda-feira, apresentaremos as soluções possíveis. Se preciso for, faremos sessão deliberativa específica para tratar do tema mesmo em período eleitoral. O assunto continua a ser prioritário, e o compromisso do Congresso com os profissionais da enfermagem se mantém firme. Espero solução para breve", disse Pacheco em nota à imprensa na quinta-feira (15).

Parlamentares governistas e de oposição estão unidos nessa luta. Autor do projeto ([PL 2.564/2020](#)) que originou a lei do piso da enfermagem ([Lei 14.434, de agosto de 2022](#)), o senador Fabiano Contarato (PT-ES) já estuda fontes de financiamento para o "salário mínimo específico de enfermeiros, técnicos e auxiliares". Sem apontar a origem dos recursos, o senador afirma estar confiante em uma rápida solução.

— A luta continua! O piso salarial da enfermagem é uma conquista constitucional criada no Legislativo e sancionada pelo Executivo, e será efetivada. Junto ao presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco, com quem estou em permanente contato, estamos trabalhando no entendimento relativo às fontes de custeio do pagamento do piso. E vamos chegar em breve a uma solução — disse o senador à Agência Senado.

Em uma rede social, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) manifestou solidariedade aos trabalhadores do setor após a decisão do STF que confirmou a suspensão do piso.

"Minha solidariedade a toda enfermagem do Brasil neste dia triste. Quando a maioria do STF obrigou Bolsonaro a pagar R\$ 90 bi de precatórios de uma só vez, não se preocuparam de onde viria o dinheiro", apontou o parlamentar.

Histórico do piso

[Em 14 de julho deste ano](#), o Congresso promulgou a [Emenda Constitucional \(EC\) 124](#), para possibilitar que uma lei federal instituísse os pisos salariais nacionais para enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras

Após aprovação do Congresso, o governo sancionou a respectiva norma em 4 de agosto, com a Lei 14.434.

Um mês depois, o ministro Luís Roberto Barroso, do STF, suspendeu o piso e deu prazo de 60 dias para esclarecimentos sobre o impacto da medida nos gastos públicos e o risco de demissões. Decisão se deu no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7.222, proposta pela

Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos e Serviços (CNSaúde).

No dia 15 de setembro, o Pleno do STF confirmou a decisão liminar de Barroso, mantendo a suspensão do piso.

Fonte: Agência Senado, em 16.09.2022